

Clipping de Educação

Brasília, 12 de abril de 2018



www.dgbb.com.br
SCN Qd. 1, Bloco A
Ed. Number One, Sala 1402
Brasilia/DF
CEP: 70711-900
+55 61 3547.3060



Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio

Apesar da queda da inflação e do início de recuperação da atividade econômica, a pobreza extrema continuou se alastrando pelo país em 2017. Levantamento da LCA Consultores, a partir dos microdados da Pnad Contínua, divulgada ontem pelo IBGE, mostra que o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões no ano passado, o que significa aumento de 11,2%.

O avanço da pobreza é considerado um dos grandes retrocessos da recessão econômica, após anos de avanços na área. Segundo Cosmo Donato, economista da LCA, a expectativa era que a retomada econômica fosse capaz de produzir números melhores no ano passado. Um dos fatores por trás da piora, acredita, foi o fechamento de postos com carteira assinada, que têm garantias trabalhistas e pisos salariais.

"No lugar desse emprego, o mercado de trabalho gerou

ocupações informais, de baixa remuneração e ganho instável ao longo do tempo. A própria crise fiscal dos Estados afeta indiretamente, ao gerar menos empregos para essa parcela mais pobre da população, que geralmente é menos instruída. Estou falando de postos relacionadas a obras públicas, por exemplo", disse o economista;

Com o resultado, o contingente de pessoas extremamente pobres representava 7,2% da população brasileira em 2017, acima dos 6,5% no ano anterior.

Para chegar aos números, a consultoria adotou a linha de corte do Banco Mundial para países de nível médio-alto de desenvolvimento, como os da América Latina, de US\$ 1,90 de renda domiciliar per capita por dia (corrigido pela paridade de poder de compra). Isso equivale a R\$ 133,72 mensais em 2016, segundo cálculos do IBGE. A consultoria atualizou essa linha pelo IPCA, para R\$ 136 em 2017.

Todas as regiões exibiram indicadores piores de pobreza. O

Nordeste concentrava 55% da população extremamente pobre. No ano passado, eram 8,1 milhões de pessoas na região com renda per capita abaixo de R\$ 136, boa parte concentrada na Bahia e em Pernambuco. É um contingente 10,8% maior do que o registrado no ano anterior, ou 800 mil pessoas a mais.

A miséria também cresceu na região mais rica do país, o Sudeste. De acordo com o levantamento da LCA, a região tinha 3,27 milhões de pessoas extremamente pobres no ano passado, 13,8% a mais do que no ano anterior. Houve piora nas quatro unidades da federação que compõem o Sudeste, mas com maior intensidade no Rio e São Paulo, e menor intensidade em Minas Gerais e Espírito Santo.

Donato lembrou que a população mais pobre teve, ao menos, um aliado importante ao longo do ano passado, que foi o ciclo de deflação dos alimentos. Pelo IPCA, o índice que mede a inflação oficial brasileira, os alimentos ficaram 4,85% mais baratos no ano passado, frente ao





ano anterior. Itens relevantes caíram de preço, como arroz (-10,9%), feijão-preto (-36,1%), macarrão (-2,91%) e mandioca (-17,30%).

"Os alimentos pesam 25% no orçamento das famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos. Mas estamos aqui falando de famílias que vivem com bem menos do que isso. Os alimentos devem, em muitos casos, ser responsáveis pela maior parte dos gastos dessa população extremamente pobre, às vezes quase a totalidade da renda. Essa queda de preços foi, portanto, um evento importante", disse Donato.

O cálculo da pobreza extrema considera todas as fontes de renda - trabalho, previdência ou pensão, programas sociais, aluguéis e outras fontes. No ano passado, essa renda recuou tanto para ricos quanto para

pobres. Na base da pirâmide, contudo, as perdas foram mais intensas. A parcela dos 5% mais pobres da população brasileira teve um rendimento médio real de R\$ 40 por mês em 2017, queda de 18% frente ao ano anterior (R\$ 49). No caso da parcela 1% mais rica da população, esse rendimento encolheu menos, em 2,3%, de R\$ 15.975 para um ganho médio mensal de R\$ 15.504.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o movimento pode ser explicado por um número menor da renda do trabalho. "A qualidade do emprego foi baixa em 2017, com a redução da taxa de desocupação por meio do trabalho informal", disse Azeredo, durante divulgação de suplemento especial da Pnad Continua ontem, no IBGE.

A pesquisa mostrou um mercado de trabalho pior do que a pesquisa domiciliar mensal do IBGE vinha apontando. Pela Pnad Contínua mensal, 264 mil pessoas conseguiram ocupação em 2017 e o renda real habitual cresceu 2,4% na média do ano. Ontem, a pesquisa divulgada mostrou que a renda efetivamente recebido de todos os trabalhos recuou 1,36% e 310 mil pessoas a menos tiveram renda do trabalho.

"A diferença está na metodologia das pesquisas, no tamanho da amostra, no período de coleta das informações, no tipo de rendimento [habitual e efetivo], entre outros fatores, além da margem de confiança", disse Azeredo, para quem a pesquisa mensal seria mais adequada para acompanhar o mercado de trabalho.





Extrema pobreza

População vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (US\$ 1,90)

■ Em milhões de pessoas



Fonte: ICA/Prud Continua

130 mil famílias do Nordeste perderam benefício do Bolsa Família

Por Bruno Villas Bôas | Do Rio

Num momento de crescimento da pobreza e da desigualdade no Nordeste, o número de famílias beneficiadas pelo programa social Bolsa Família, do governo federal, recuou na região para 5,2 milhões no ano passado, baixa de 130 mil unidades residenciais, mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo IBGE.

Dos 69,8 milhões domicílios existentes no país como um todo, 9,54 milhões recebiam recursos do Bolsa Família em 2017, o que representava 13,7% do total. No ano anterior, esse total era de 9,86 milhões de domicílios, o que representava 14,3%. A pesquisa do IBGE não questionou aos informantes o motivo da perda do benefício.

No ano passado, no entanto, o

governo anunciou um "pente-fino" no programa social, o que resultou na saída de 5 milhões de famílias que estavam desenguiçadas do programa e a entrada de 3 milhões de famílias. Isso permitiu, inclusive, zerar pela primeira vez a fila de cadastro do Bolsa Família.

Para além da redução de domicílios, no entanto, o benefício do programa federal não passa por uma reajuste desde meados de 2016, quando foi corrigido em 12,5% logo após a posse do presidente Michel Temer. O governo chegou a sinalizar para um aumento do benefício em 2017 para, ao menos, repor a inflação pelo IPCA. O reajuste, contudo, não foi levado adiante.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, a pesquisa mostra, no entanto, que o Bolsa Família está, na prática, atingindo a parcela da população para a qual foi criado, embora possam existir casos

pontuais de divergência no recebimento do benefício.

"As famílias que recebem o benefício declararam ter renda médio mensal domiciliar per capita de R\$ 324, bem abaixo dos R\$ 1.489 declarados pelos brasileiros que não recebem dinheiro do programa", disse Azeredo.

Além disso, os lares que não recebiam recursos tinham menor incidência de serviços básicos como abastecimento de água de rede geral (71,3%); esgotamento sanitário com rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral (36,8%) e coleta de lixo (74,4%).

A pesquisa do IBGE mostrou ainda que 3,3% dos domicílios do país recebiam o Benefício da Prestação Continuada (BPC), que garante renda de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais.

Renda dos mais ricos cai no Sudeste e sobe no resto do país

Por Denise Neumann e Bruno Villas Bôas | De São Paulo e do Rio

Os mais ricos do Sudeste ficaram menos ricos e, com isso, mais próximos da renda média dos mais ricos de outras regiões do país no ano passado. Em 2017, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), a renda mensal do trabalho do 1% mais rico do Sudeste caiu 15% em relação a 2016. O rendimento médio real desse grupo passou de R\$ 32 mil mensais em 2016 para R\$ 27,2 mil em 2017.

Em todas as demais regiões do país, essa parcela ultrarrica ficou ainda mais rica no ano passado. A renda real do 1% mais rico subiu 10% no Nordeste, 11% no Norte, 12% no Centro-Oeste e 4% no Sul. Com esse movimento (ajudado pelo bom ano agrícola), diminuiu bastante a diferença entre a renda do 1% mais rico do Centro-Oeste e a do Sudeste. Em 2016, a renda dos

ultrarricos do Centro-Oeste equivalia a 75% da renda do 1% mais rico do Sudeste. No ano passado, chegou a quase 99%.

A queda de 15% na renda dos mais ricos do Sudeste foi influenciada pela crise do Rio de Janeiro (que afetou o funcionalismo, forte no Estado), mas foi mais forte no rico Estado de São Paulo, onde o rendimento médio mensal oriundo do trabalho daqueles com os maiores salários caiu 19%.

Mesmo "menor", contudo, o salário médio mensal recebido pelo 1% mais rico no Sudeste ainda equivalia a 110 salários da faixa dos 5% de menor rendimento na mesma região, que foi de apenas R\$ 245 - menos de um quarto do salário mínimo vigente no país no ano passado.

Os trabalhadores com menores salários perderam renda em todas as regiões do país. A perda, de novo, também foi mais forte no Sudeste. Os 5% com menor rendimento do trabalho receberam, em média, valor

15% inferior ao de 2016. No Nordeste, a queda foi de 3,7%, mas o valor recebido foi de apenas R\$ 82. Essa também é uma face muito aguda da desigualdade: enquanto o 1% mais rico do Nordeste ganha 25% menos que o 1% mais rico do Sudeste, os 5% mais pobres recebem 66% menos.

Na média nacional, o índice de Gini, principal medida da desigualdade da renda, ficou estável ao registrar 0,549 - o indicador varia de zero a um, sendo zero uma distribuição perfeitamente igualitária da renda nacional. Uma abertura por regiões, porém, confirma a disparidade de comportamento: enquanto a desigualdade recuou no Sudeste, com o achatamento da renda dos mais ricos, cresceu nas demais regiões, com destaque negativo para o Nordeste.

De acordo com o IBGE, o índice de desigualdade da região Sudeste foi de 0,529 em 2017, queda de 0,006 ponto percentual em relação ao ano anterior (0,535). O movimento foi influenciado pelo





Estado de São Paulo, onde o indicador caiu de 0,541 para 0,534 e também pelo Rio de Janeiro (de 0,524 para 0,521).

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, esse movimento - que pode ser considerado estatisticamente uma estabilidade - não chega a ser motivo de comemoração, já que foi liderado pela perda da renda do topo da pirâmide brasileira, e não pelo desejável avanço do rendimento dos mais pobres.

"Diferentemente do que ocorreu em outras regiões, você teve uma perda da renda na parcela de maior rendimento. No Rio, em 2017, você teve problemas sérios no pagamento de funcionalismo público, redução de renda e pessoal empregado do setor de petróleo. São Paulo também apresentou uma perda no topo do rendimento", disse o economista.

O Nordeste percebeu um aumento de sua já elevada desigualdade: de 0,555 para 0,567 na passagem dos dois anos. A situação foi pior na Bahia, com aumento de 0,05 ponto na desigualdade, para 0,599.

Segundo Cimar, a desigualdade no Nordeste foi influenciada por uma combinação de perda de emprego da população operária com um contingente menor de domicílios

recebendo dinheiro do programa Bolsa Família. O número de domicílios no Nordeste com Bolsa Família encolheu de 5,3 milhões em 2016 para 5,2 milhões em 2017.

A desigualdade aumentou também na passagem de 2016 para 2017 nas regiões Norte (de 0,539 para 0,544), Centro-Oeste (de 0,523 para 0,536) e Sul (de 0,473 para 0,477). Nesse último caso, o destaque positivo foi a redução da desigualdade em Santa Catarina e, o negativo, o aumento da desigualdade no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Segundo a pesquisa do IBGE, o índice de Gini cresceu em 15 das 27 unidades da federação no ano passado. No Estado do Amazonas, a desigualdade cresceu de 0,583 em 2016 para 0,604 em 2017, superando o Distrito Federal e tornando-se o maior do país. "O movimento no Estado do Amazonas reproduziu a lógica do que vimos na região", disse coordenador da pesquisa.

O ano de 2016 foi marcado por uma forte recessão, instabilidade na renda e queda de emprego. Em 2017, além do início da recuperação da atividade econômica, o país passou por um ciclo desinflacionário liderado pela baixa dos preços dos alimentos. Isso contribuiu, ao lado de uma gradual recuperação do emprego e do crédito, para a reação

do consumo das famílias.

Apesar do cenário de gradual recuperação, Azeredo diz que uma efetiva melhora da desigualdade passa por um aumento do quantitativo de trabalhadores ocupados e também pela qualidade do emprego. Segundo ele, a população ocupada (empregada, empregadores, funcionários públicos, contas-própria) até cresceu no ano passado, mas pela via da informalidade.

"Quando você olha, 43,4% da massa de rendimento continuou concentrada nos 10% mais ricos. Você só vai ver isso recuar quando aumentar a quantidade e qualidade do emprego na base da pirâmide. O emprego ainda é a principal fonte da renda das famílias, ainda que tenha perdido peso", disse o técnico do IBGE.

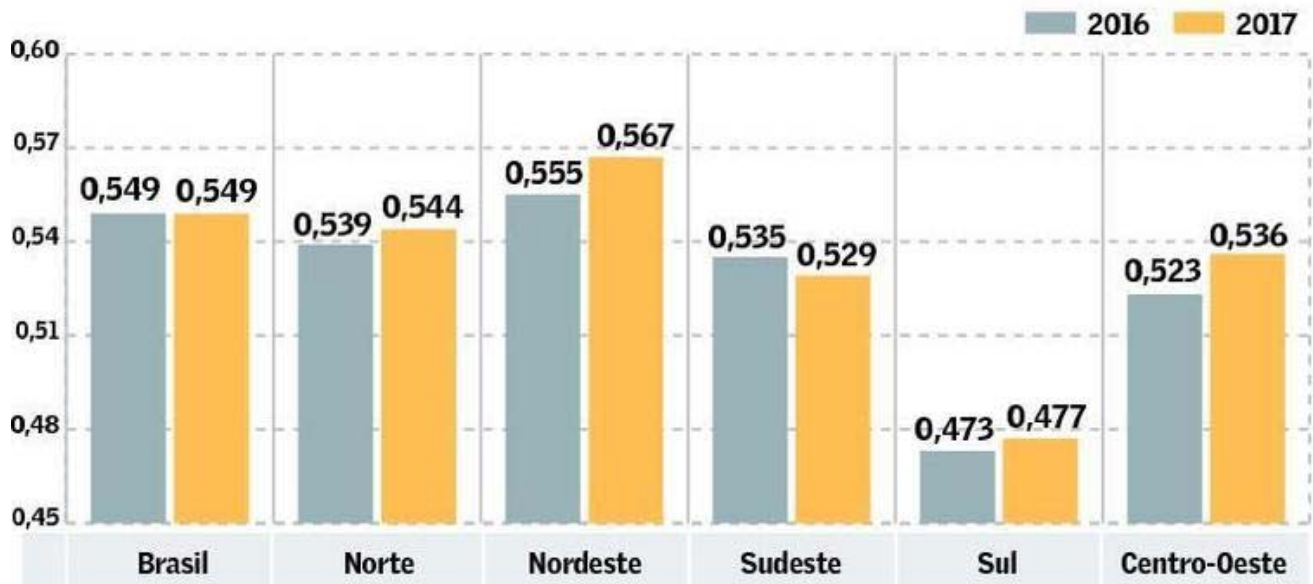
Parte dos economistas antecipa que o mercado vai começar a gerar vagas formais este ano. Se isso ocorrer, pode iniciar um ciclo de redução da pobreza e da desigualdade. Empregos com carteira pagam melhores salários, além de oferecer benefícios, como seguro-desemprego. Dados do Ministério do Trabalho apontam nessa direção, ao mostrar geração líquida de 61,1 mil postos formais em fevereiro, melhor resultado para o mês em quatro anos.





Desigualdade pelo país

Índice de Gini de todas as fontes de renda



15 é o número de unidades da federação que tiveram aumento da desigualdade entre 2016 e 2017

0,604 é o Índice de Gini do Estado do Amazonas, que superou o Distrito Federal e tornou-se o pior do país

0,421 é o Índice de Gini do Estado de Santa Catarina, que permanece o melhor do país

36,1 vezes é a razão da renda do grupo 1% mais rico em relação à metade mais pobre da população

Fonte: IBGE





Evolução da renda mensal do 1% mais rico

Por região, em R\$*



Fonte: Pnad/IBGE. *rendimento de todos os trabalhos em valores de 2017

Crise afeta mais os pobres

Desigualdade sobe em todas as regiões em 2017, menos no Sudeste. No país, fica estacionada

Cássia Almeida

O Brasil, um dos 15 países mais desiguais do mundo, viu a concentração de renda ficar inalterada em 2017, e os mais pobres foram mais afetados do que os ricos no ano passado. O Índice de Gini — que, quanto mais próximo de um, mostra que a renda é mais concentrada — ficou em 0,549, o mesmo de 2016. O agravante foi que apenas na Região Sudeste houve queda nesse indicador, o que pode ser explicado pelo recuo no rendimento dos mais ricos. A concentração aumentou no Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, mostrou o IBGE ontem, ao divulgar o comportamento do rendimento de todas as fontes em 2017, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC).

— É mais um ano perdido, a renda não aumentou, a desigualdade não caiu — afirmou o economista Sergei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Pela primeira vez, foi possível avaliar a evolução da desigualdade recente, já que os dados sobre todas as rendas na atual metodologia da Pnad passaram a ser compilados apenas a partir de 2016, numa

pesquisa mais abrangente e completa.

Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, toma como exemplo o Rio para explicar a queda da desigualdade no Sudeste: — Houve perda expressiva de emprego com carteira, com renda mais alta. A crise do petróleo também afetou trabalhadores com rendimento maior.

ENTRE OS 5% MAIS POBRES, RENDA 38% MENOR

Em 2017, houve queda de 0,56% no rendimento de todas as fontes, que inclui, além dos salários, aposentadorias, pensões, benefícios sociais como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), passando de R\$ 2.124 em 2016 para R\$ 2.112 em 2017. Nos rendimentos do trabalho, a queda foi mais intensa, de 1,36%. Mais forte ainda entre os que ganham menos. Entre os 50% mais pobres, o recuo foi de 2,45%. Essa massa de 43,4 milhões de trabalhadores passou a receber R\$ 754, valor 20% menor do que o salário mínimo de R\$ 937 vigente no ano passado.

A distância entre a base da pirâmide de renda e o topo aumentou. Os 10% mais ricos perderam 2,98%, enquanto os 10% mais pobres viram os rendimentos caírem 15,2%. Entre os 5% mais pobres, a perda chegou a 38%. Nessa faixa, o rendimento mensal é

de R\$ 47: — É preocupante essa queda na cauda inferior, uma faixa muito afetada pelo desemprego e pelo congelamento dos benefícios do Bolsa Família. O problema é que, entre os 5% mais pobres, houve uma queda de renda duas vezes maior que a média nos anos anteriores. São pioras sucessivas, houve nova piora num grupo que já tinha perdido 14% — afirmou Marcelo Neri, diretor da FGV Social.

Paulo (nome fictício), que cata latinhas de madrugada em Botafogo, foi um dos milhões de atingidos pelo desemprego. O estaleiro onde trabalhava até o início do ano passado faliu. Ele mora em Niterói com a mulher e quatro filhos (entre 8 e 13 anos). Vivem do salário da mulher, auxiliar de limpeza, e das latas que consegue catar. De dia, descansa em um barraco montado em um píer de pedra atrás do Aeroporto Santos Dumont, no Centro do Rio.

As desigualdades regionais se acirraram. No Nordeste, o Índice de Gini subiu de 0,555 para 0,567, fator preocupante, segundo analistas, por a região já ser a mais desigual no país. Em 2017, metade da população ganhava, em média, R\$ 487, cerca de 50% do salário mínimo. Em 2016, a renda desse grupo correspondia a 57% do salário mínimo.

— É um grande aumento do Índice de Gini. Já era a região mais





desigual, ficou mais ainda. Mas já vemos em 2018 uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho no Nordeste — diz Neri.

A desigualdade alta no Brasil cria distorções na distribuição do bolo de rendimentos. Segundo o IBGE, os 10% que ganham mais concentram 43,3% da massa de rendimentos mensal, estimada em R\$ 263,1 bilhões. Juntos, os 10% mais ricos recebem o mesmo que os 80% mais pobres da população. Com isso, 12,4 milhões de pessoas concentram a renda equivalente à de quase 100 milhões pessoas (99,6 milhões).

Os que estão no topo da pirâmide de renda, o 1% mais rico, manteve sua distância dos 50% mais pobres. Eles recebem 36,1 vezes mais que 50% mais pobres. No Nordeste, essa distância é ainda maior, de 44,9 vezes. Em 2016, a diferença era de 39,9 vezes. No Norte, essa diferença também subiu: passou de 31,9 vezes para 35,9 vezes.

— O Brasil é bastante desigual, encabeçando a lista de países mais desiguais do mundo. Essa desigualdade se materializa quando se olha região, cor, sexo ou escolaridade — afirma Azeredo, do IBGE.

SALÁRIO DAS MULHERES É 77,5% DO DOS HOMENS

Nos rendimentos do trabalho, a desigualdade se manteve no mesmo patamar. O Índice de Gini passou de 0,525 para 0,524. No Nordeste, a

subida foi forte, de 0,545 para 0,550. As mulheres mantiveram a diferença salarial em relação aos homens. Elas recebem 77,5% do salário masculino: R\$ 1.868 contra R\$ 2.410. Mas já foi pior. Em 2016, as mulheres ganhavam 77,2% do que recebiam os homens. Entre negros e brancos, o fosso social permaneceu. Os pardos ganham o equivalente a 57% do salário dos brancos. Entre os pretos, a diferença é ainda maior: eles ganham somente 55,8% do salário do branco.

Além dos rendimentos do trabalho, caiu a parcela da população que recebia algum rendimento em 2017. Passou de 60,5% para 60,2%, o que Azeredo, do IBGE, considerou significativo: — Reduziu o número de pessoas

trabalhando, provocando queda na população com rendimento. A queda foi mais intensa no Nordeste, caindo de 57,1% para 56,5%.

Essa situação deve perdurar ainda até 2020, na avaliação de Soares, do Ipea. Ele lembra que há defasagem entre a reação da economia e a do mercado de trabalho: — Não vejo uma reação antes de 2020. De qualquer forma, os níveis de desigualdade devem voltar a cair, mas lentamente, não como foi nos anos antes da recessão. O número de filhos está diminuindo, e o nível de escolaridade, aumentando. São fatores de longo prazo que jogam a favor da redução da concentração de renda.

Colaborou Márcia Foletto

NÚMEROS QUE NÃO MUDAM

12,4 milhões

De pessoas (10% da população com rendimento) concentram a mesma renda que 99,6 milhões (80%)

55,8%

Proporção do salário dos brancos que os pretos recebem. Os pardos ganham o equivalente a 57%

R\$ 487

Quanto ganha, em média, metade da população do Nordeste, cerca de 50% do salário mínimo

Aposentadorias respondem por um quinto da renda domiciliar

Desemprego alto explica aumento da participação, diz analista

Cássia Almeida

A pesquisa sobre rendimentos dos brasileiros divulgada ontem pelo IBGE mostra que as aposentadorias e pensões têm forte peso no sustento das famílias. Na média, 19,8% da renda da população vêm dessa forma. A participação subiu em 2017. No ano anterior, esse tipo de rendimento equivalia a 18,7%. No Nordeste, o peso é ainda maior: 23,8% em 2017.

Segundo o economista Paulo Tafner, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, esse peso de um quinto do rendimento domiciliar é similar ao encontrado em Escandinávia, França, Alemanha e outros países europeus:

— É um padrão muito alto e similar ao de países europeus que têm uma população muito mais envelhecida que a nossa. Isso é grave. A continuar nesse ritmo e com uma perspectiva de déficit fiscal que trava o crescimento, teremos um grupo pequeno de trabalhadores sustentando um enorme sistema de previdência.

Segundo Tafner, outra explicação é a crise econômica. Com o desemprego alto, a renda do trabalho cai — passou de 74,8% para 73,8% no rendimento total das famílias —, o que faz a parcela recebida de aposentadorias e pensões aumentar: — Em situação de estabilidade, a parcela costuma ser menor.

29 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS

O economista afirma que em outros países que têm perfil demográfico semelhante ao do Brasil, como Chile e Argentina, as parcelas no rendimento dessas transferências do governo são menores, entre 8% e 10%: — Dado que o país ainda é jovem, a participação deveria oscilar nesse patamar de 10%.

No total da população, são 29,141 milhões de pessoas recebendo aposentadorias e pensões, alta de 2% frente a 2016.

O peso de aluguéis e arrendamento na média nacional ficou em 2,4%, e o dos benefícios sociais, como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), em 3,3%.

Cai número de lares que recebem Bolsa Família

Em 2017, 330 mil domicílios perderam o benefício, afetando 1,5 milhão de pessoas

-Rio e Teresina- Em 2017, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 1%, a parcela de domicílios que recebiam Bolsa Família caiu. Passou de 14,3% em 2016 para 13,7%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC). Essa queda significou menos 330 mil domicílios com o benefício. Como a média de moradores nos lares que recebem a ajuda do governo é maior — 4,8 pessoas, enquanto nos demais são 3,7 — isso indica que cerca de 1,5 milhão de brasileiros deixaram de contar com o Bolsa Família. O Nordeste concentrou a maior parte das famílias que perderam o benefício: menos 130 mil, 40% do total.

O Bolsa Família é mais presente no Nordeste, onde 28,4% têm o benefício. No Norte, são 25,8%.

Também não houve reajuste no valor do benefício. No Brasil, o dinheiro de Bolsa Família e Benefício

de Prestação Continuada (BPC) representa 3,3% da renda familiar. O trabalho continua sendo a principal fonte: 73,8% dos rendimentos, enquanto aposentadorias e pensões são 19,4%.

Irenilda Dourado, de 33 anos, parou de receber R\$ 120 do Bolsa Família no ano passado, depois que perdeu a certidão de nascimento da filha numa enchente. Hoje, pede comida na rua para alimentar os dois filhos. Ela participava do programa desde 2013.

— Consegui tirar outra certidão, fiz novo cadastro, mas nunca mais recebi o Bolsa Família. faz muita falta — conta ela.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, a folha de pagamentos do Bolsa Família flutua mensalmente em virtude dos processos de exclusão e inclusão. Estas dependem do quantitativo de famílias habilitadas e estratégias de gestão da folha. (Cássia Almeida e Efrém Ribeiro, especial para O GLOBO)

Corpo a corpo -
Marcelo Neri

**"Perda dupla para
os pobres"**

Diretor da FGV Social destaca impacto da redução do Bolsa Família e falta de reajuste do programa no meio da recessão

• Houve redução na parcela de domicílios atendidos pelo Bolsa Família. Qual o reflexo disso?

O governo vai falar que houve uma revisão do cadastro, o que é um bom indicador. Mas, em 2017, o benefício ficou congelado em termos nominais, e diminuiu a parcela de domicílios que recebiam o dinheiro. Foi uma dupla perda para os pobres no meio de uma recessão.

• O Brasil piorou socialmente em 2017?

Medimos o Índice de Bem-Estar Social, que caiu 0,5%. Ele une renda e Índice de Gini (indicador de desigualdade que, quanto mais perto de um, mais concentrada é a renda). Dessa maneira, medimos o tamanho e a distribuição do bolo. Esperávamos uma queda até maior, de 1,27%. Mas foi uma piora no bem-estar já em um período de retomada da economia. Esse indicador mostra o resumo da ópera, e a ópera de 2017 teve vários atos. Os últimos são melhores que os primeiros. (C.A.)

A escola que vai até o aluno

Segundo dados do MEC, cerca de 20 mil estudantes assistem às aulas em hospitais

Luís Guilherme, Julião e Paula Ferreira

Uma sala colorida no andar da pediatria do Instituto Nacional do Câncer (Inca) no Rio é um refúgio entre agulhas e remédios. Quando entram no "consultório" de Rosane Santos e Izabel Oliveira, os pequenos pacientes recebem outro tipo de tratamento: um giro pelo globo terrestre em miniatura, uma tela para pintar, atividades acompanhadas de um cavalo e um dinossauro de brinquedo. A dor? No que depender das professoras, fica dali para fora. A classe hospitalar do Inca existe há 18 anos e atende, por mês, de 30 a 40 crianças e adolescentes internados no local.

Eles fazem parte de uma estatística que vem crescendo nos últimos anos. Um levantamento feito pelo Núcleo de Jornalismo de Dados do GLOBO com base nos números do Censo Escolar mostra que o Rio tem a quarta maior taxa de alunos em hospitais no Brasil, com 94 para cada 100 mil matrículas. O Espírito Santo lidera, com 138 a cada 100 mil matrículas. Os microdados do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) revelam que houve uma evolução na taxa de matrículas em hospitais no país entre 2013 e 2017

(veja mais no quadro nesta página). No ano passado, elas somavam 20,6 mil, de um total de quase 54 milhões de inscritos em todos os níveis de escolaridade básica — da educação infantil ao ensino médio e técnico, incluindo Educação de Jovens e Adultos (EJA).

ROTINA IMPREVISÍVEL

Mais do que garantir que os pacientes não percam o ano letivo — o atendimento em hospitais funciona em consonância com as secretarias de educação —, as aulas têm um caráter terapêutico. A escola, que costuma ser um peso para os estudantes regulares, em um ambiente hospitalar acaba se tornando um dos raros momentos de diversão.

— A coisa mais legal que fiz no Inca foi ir para a escola. As professoras são ótimas. Na minha escola antiga, se eu derrubava uma borracha no chão, o professor já xingava — conta David Santana, de 9 anos, acrescentando que, quando sair do hospital, a primeira coisa que fará é soltar pipa.

O carinho de David pelas professoras ecoa pelos corredores do quinto andar do Inca. Rosane e Izabel são recebidas calorosamente pelos pacientes e por suas famílias todas as manhãs, quando checam quais alunos estão aptos a comparecer às aulas. Em alguns

casos, o atendimento especial é adiado em decorrência do estado de saúde das crianças; em outros, as mesinhas com cores alegres da sala das professoras ficam totalmente ocupadas. A imprevisibilidade da rotina é um elemento com o qual as duas precisam lidar diariamente.

— No hospital, nós nos tornamos a pessoa que vai levar para aquela criança a vida, o mundo, uma alegria, em um espaço onde ela pouco opina. Uma criança dentro de um hospital pode optar pelo quê? Por nada. Ela tem que ser furada, tem que tomar remédio. E aí chega a professora e dá uma escolha: vamos estudar matemática ou português hoje? É a chance de ela continuar estudando, viva, acreditando que tem um futuro — defende Rosane.

Desde 2013 até o ano passado, o número de matriculados que tinham aulas em hospitais saltou de 9.996 para 20.607, enquanto o total de matrículas no Brasil teve uma pequena queda, de pouco mais de 55,4 milhões para 53,9 milhões. Com isso, a taxa de alunos tendo aulas em hospitais no país também aumentou, chegando a 38 para cada 100 mil.

Uma análise mais detalhada dos microdados mostra, no entanto, que esse número não dimensiona com exatidão a parcela de matrículas de alunos que estão internados em decorrência de problemas de saúde.





Entre as matrículas há escolas que oferecem cursos técnicos na área da saúde, como enfermagem, que declararam que seus alunos têm aulas nesse tipo de ambiente, o que gera uma distorção. As instruções do Censo da educação básica, entretanto, são claras ao dizer que o atendimento em hospitais é voltado apenas para "os alunos que, de forma temporária ou permanente, estejam impossibilitados de frequentar a escola, devido ao tratamento de saúde em hospital".

A possibilidade de proporcionar um novo olhar sobre o mundo para os estudantes reduz, mas não é capaz de eliminar os momentos de tristeza presentes na realidade dessas salas. As professoras, diferentemente dos médicos, não são treinadas para lidar com as dores do dia a dia hospitalar.

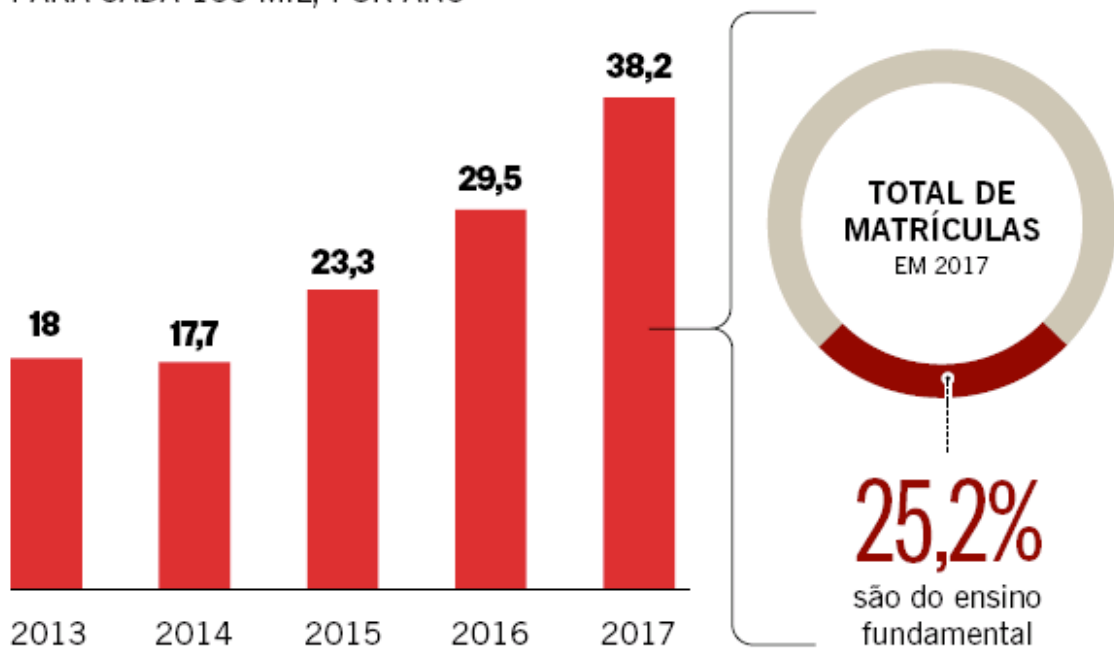
No caso de Rosane, o vínculo

que cria com os alunos já fez com que, no início da carreira, precisasse se afastar após a perda de um deles. Hoje, a terapia é uma ferramenta para transpor com tranquilidade esses momentos. No caso de Izabel, a fé é a aliada principal.

— Tem que ter uma estrutura muito grande, porque vemos uma criança que está bem e quando voltamos na outra semana ela não está. É um desafio pessoal trabalhar em um espaço onde a morte está presente a todo momento — afirma Izabel. — Tem dias em que a gente fica muito mal. Mas há o outro lado, quando você chega e uma criança que está no CTI perguntou por você. Há as crianças que se recuperam e depois nos encontramos e dizem que as aulas no hospital foram importantes, porque ele não perderam o ano e a vida escolar.

MATRÍCULAS COM AULA EM HOSPITAIS

PARA CADA 100 MIL, POR ANO



Editoria de Arte

Alfabetização aos 91 anos



Dedicação. Mesmo com pequena deficiência nas mãos, Maria Trindade, 91 anos, assiste às aulas de alfabetização

Aluna mais velha do Brasil a estudar em uma classe hospitalar, Maria Trindade foi vítima da política de isolamento compulsório praticada nas colônias de hanseníase na década de 1940

Maria Trindade contornava a casa dos 87 anos quando arriscou as primeiras letras do seu nome sobre um pedaço de papel. Analfabeta, a ex-empregada doméstica cultivava o sonho de aprender a escrever sua assinatura quando o Abrigo João Paulo II, onde vive, em Marituba, no Pará, decidiu implementar aulas no local.

Matriculada desde então na classe de alfabetização da unidade, hoje, prestes a completar 92 anos, Maria é a estudante mais velha do Brasil a ter aulas em uma classe hospitalar, segundo o Censo Escolar 2017.

— Tudo o que eu queria era ter feito uma faculdade, infelizmente não deu certo. Mas, depois de tantos anos, estou estudando. Nunca é tarde para aprender, basta a gente querer — contou ela.

AFASTADA DA FAMÍLIA

Maria não sabia escrever nem o próprio nome até começar a ter aulas no abrigo onde vive, na cidade de Marituba, no Pará

Há muito tempo, quando tinha apenas 15 anos, o mesmo lugar onde hoje ela cursa a alfabetização acabou dificultando seu acesso à educação. Na década de 1940, o atual Abrigo João Paulo II ainda era a “Colônia de Marituba”, uma espécie de clínica para onde eram levadas ao isolamento as pessoas com hanseníase.

Separada forçadamente de toda a família e da casa onde trabalhava como doméstica, Maria foi uma das pacientes levadas para o local, de onde só saiu anos depois, quando já estava casada. A política de saúde pública vigente obrigava a internação de pacientes com a doença para evitar a disseminação do contágio. O que só começou a mudar no final da década de 1970.

Se as chances de estudar já eram restritas para sua classe social, com o isolamento forçado ficou ainda mais difícil. E, por muito tempo, Maria deixou adormecida a vontade de aprender.

— Eu gosto da escola, gosto de pintura. Quando era jovem, fui empregada na casa das pessoas e não tive tempo de estudar. Vontade eu tinha. Gostaria de ser professora ou enfermeira, de ser uma pessoa bem educada, bem vivida — afirma Maria, revelando também um dos momentos mais penosos de sua história: — A parte mais difícil foi quando fiquei doente, porque eu tive que me separar da minha família.

O afastamento dos pais e dos irmãos não foi o único imposto a ela.





As duas filhas que teve com o marido, que também vivia isolado na colônia, foram retiradas de seu convívio. A prática da época previa que os bebês nascidos lá fossem para um educandário.

Depois de sair da colônia, já adulta, Maria viveu em uma casa com o marido e retomou contato com a filha mais velha. A mais nova, no entanto, só foi encontrada por ela há dez anos, quando — após receber uma indenização do Estado por conta do isolamento imposto pela política de saúde pública — viajou ao Ceará para encontrá-la.

Nessa época, ela já estava de volta à ex-colônia, agora Abrigo João Paulo II, onde vive até hoje. Foi com a ajuda de Milene Borges, diretora da unidade, que Maria encontrou a filha e também voltou a estudar.

— Ela tem uma deficiência nas mãos por conta da doença, está há 14 anos aqui no abrigo. Eu trabalho aqui há 22 anos, e todos os dias tenho uma coisa nova a aprender. O que mais me chama a atenção é a motivação da dona Maria. Nessa idade ainda quer aprender. Essa força de vontade de viver apesar de tudo. Parece que sempre tem um gás novo— diz Milene. (Luís Guilherme Julião e Paula Ferreira)

10 milhões vivem com R\$ 40 por mês no País

Segundo o IBGE, renda média mensal dos mais pobres caiu em 2017 em relação ao ano anterior mesmo com o fim da recessão

Daniela Amorim / Rio

Embora o ano de 2017 tenha marcado o fim da recessão e o início do processo de recuperação do mercado de trabalho, o Brasil ainda tinha 10,355 milhões de cidadãos vivendo com apenas R\$ 40 por mês, em média. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A situação é ainda mais grave do que a verificada no ano anterior, quando a renda média mensal dessas pessoas alcançava R\$ 49. Ou seja, os brasileiros mais pobres ficaram 18,4% ainda mais miseráveis.

"Tem menos pessoas trabalhando, tem menos pessoas com carteira assinada, tem uma qualidade do emprego mais baixa. Embora a queda na renda seja estatisticamente estável, isso tem influência. Tudo o que o mercado de trabalho gerou de ocupação em 2017 foi voltado para a informalidade. A gente ainda não tem aumento no trabalho com carteira assinada. Isso influencia muito fortemente o rendimento da população", justificou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Ao mesmo tempo, no topo da pirâmide, apenas 2 milhões de brasileiros, o equivalente a 1% da população residente, recebiam R\$ 15.504 mensais, 387,6 vezes mais do que aqueles 10 milhões mais pobres.

A desigualdade aumentou em quatro das cinco grandes Regiões do Brasil na passagem de 2016 para 2017. Mesmo no Sudeste, onde houve ligeira queda no índice de Gini, o recuo na concentração de renda foi influenciado por uma precarização do emprego, que afetou postos mais qualificados e mais bem remunerados, apontou o IBGE.

"Se isso está acontecendo, é uma queda na desigualdade por um motivo ruim. Tudo mundo ficou mais pobre, não seria um motivo a se comemorar. Mas as perspectivas são melhores, com a recuperação da economia prevista para este ano através dos serviços e da indústria, que empregam mais. No ano passado, a retomada foi através da agropecuária. Com os serviços e indústria, haverá maior proporção de geração de postos formais", avaliou Bruno Ottoni, pesquisador do IDados e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas.

O índice de Gini - indicador que mede a desigualdade de renda - referente ao rendimento médio real domiciliar per capita manteve-se em 0,549 em 2017. A estabilidade em comparação ao ano anterior ocorreu por causa de uma queda na Região Sudeste, onde o Gini passou de

0,535 em 2016 para 0,529 no ano passado.

Em todas as demais regiões houve piora. Numa escala de 0 a 1, quanto maior o indicador, pior é a distribuição dos rendimentos. No Nordeste, o Gini subiu de 0,555 em 2016 para 0,567 em 2017; no Norte, passou de 0,539 para 0,544; no Sul, de 0,473 para 0,477; e no Centro-Oeste, de 0,523 para 0,536.

Riqueza. Em 2017, os 10% com maior renda concentravam 43,3% de toda a riqueza do País, montante superior à toda a massa detida por cerca de 80% da população com renda mais baixa.

Em relação a 2016, porém, tanto o rendimento médio quanto a massa de renda diminuíram no total do País. A renda média mensal real per capita foi de R\$ 1.271 no ano passado, ante R\$ 1.285 em 2016. A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 263,1 bilhões em 2017, após ter alcançado R\$ 263,9 bilhões no ano anterior.

Entre os trabalhadores que conseguiram permanecer empregados no ano passado, os que tinham menor remuneração viram sua renda cair consideravelmente.

A metade dos trabalhadores com menor renda recebia, em média, R\$ 754 por mês em 2017, menos do que os R\$ 773 registrados pela pesquisa em 2016. Ou seja, quase 45 milhões de pessoas ficaram ainda mais





distantes de conquistar o salário mínimo determinado por lei ao fim de um mês de trabalho.

No ano passado, o País tinha 4,455 milhões de trabalhadores com rendimento médio mensal de apenas R\$ 47. O resultado significa um tombo de 38% em relação aos R\$ 76 recebidos por essa fatia da população no ano anterior.

Benefício. Ao mesmo tempo, de acordo com a Pnad Contínua, houve queda no porcentual de domicílios beneficiados pelo Programa Bolsa Família que passou de uma fatia de 14,3% em 2016 para 13,7% em 2017. Os domicílios que recebiam o Bolsa Família tinham renda média mensal real per capita de apenas R\$ 324 no ano passado. Nos lares que não tinham necessidade do benefício de

transferência de renda do governo federal, o rendimento médio por habitante subia a R\$ 1.489.

"São mesmo os domicílios que a gente entende que deveriam estar recebendo o Bolsa Família. Essas diferenças existem (entre domicílios que recebem e não recebem o benefício)", declarou Azeredo, do IBGE.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA

● Mesmo com o fim da recessão em 2017, desigualdade de renda continua alta no País

Índice de Gini, por região

Renda média mensal domiciliar per capita

ÍNDICE DE GINI

1,0

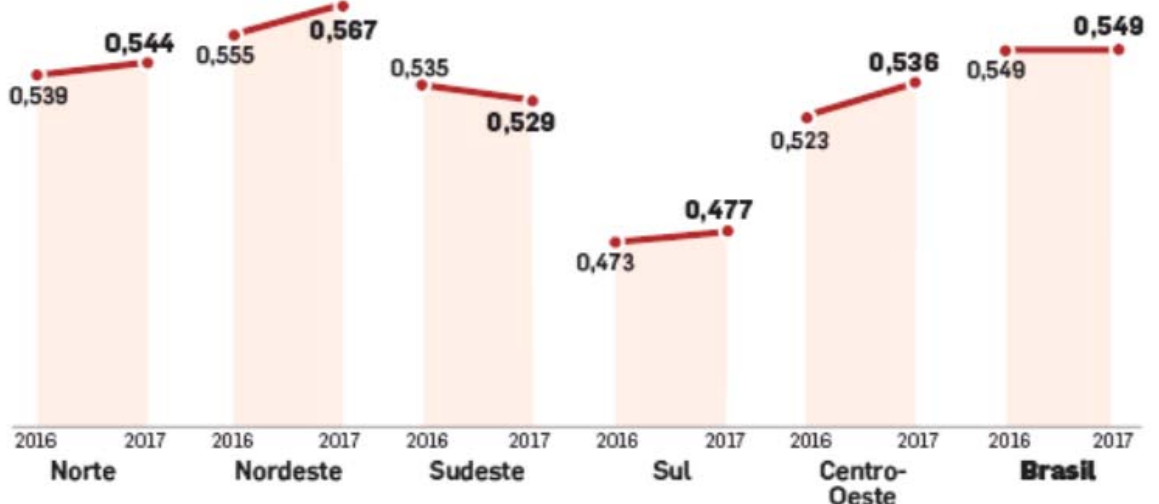


O ÍNDICE MAIS PERTO DE 1 SIGNIFICA UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS DESIGUAL

O ÍNDICE MAIS PERTO DE 0 SIGNIFICA UMA DISTRIBUIÇÃO MAIS JUSTA



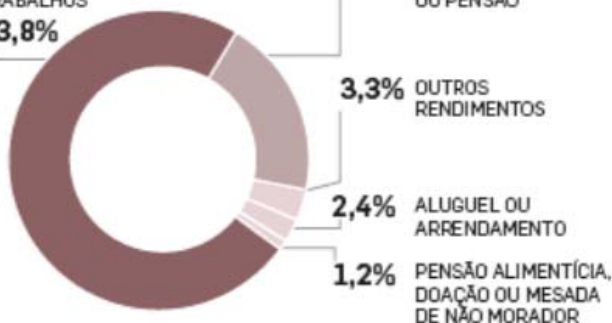
0



Fonte de renda

Participação na composição da renda domiciliar per capita

TODOS OS TRABALHOS
73,8%



FONTE: IBGE

Razão entre a renda dos 1% mais ricos em relação aos 50% mais pobres

Em número de vezes, por região



INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Universidades em risco

As universidades federais estão com o pires na mão. Os recursos repassados pelo governo são insuficientes para mantê-las. O Brasil tem cerca de 2,3 mil instituições públicas de ensino superior, das quais 63 são federais. Para este ano, o orçamento global do Ministério da Educação encolheu cerca de 10%, sendo a parcela de investimentos diminuída em 32% em relação a 2017 — R\$ 4,52 bilhões contra R\$ 6,6 bilhões. A crise não chegou agora. Arrasta-se desde 2016, quando o financiamento da pesquisa acadêmica recebeu R\$ 4,6 bilhões, ou seja, 40% a menos do que os R\$ 7,9 bilhões de 2013.

Para o ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), José Goldemberg, os recursos públicos são insuficientes e precisam ser complementados pelo setor privado. A Coreia do Sul, modelo no campo da educação e do desenvolvimento tecnológico, destina 4% do Produto Interno Bruto para a pesquisa, sendo que metade tem origem no setor privado. No Brasil, quase a totalidade dos financiamentos é governamental.

Os limites orçamentários, fixados pela equipe econômica para enfrentar a recessão dos últimos três anos, embora necessários, no campo da educação desconsideraram o aumento do número de pessoas que tiveram acesso aos estabelecimentos de ensino superior por meio das cotas sociais e étnicas. As restrições não levaram em conta o aumento das despesas das instituições ligadas às universidades, como as de pesquisa, hospitais e museus, além das atividades de extensão, destinadas a devolver à sociedade os investimentos públicos.

Tem havido corte de gastos para adequar as despesas ao orçamento, que se tornou mais curto. É o caso de programas de demissões voluntárias, redução do quadro de terceirizados, paralisação de projetos e pesquisas. Mas nada tem sido suficiente para aliviar a asfixia financeira. Emblemática é a situação enfrentada, hoje, pela Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1962 por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. A UnB é reconhecida

pelos bons resultados em rankings nacionais e lembrada entre as mil melhores universidades do mundo.

Em dois anos, saltou da 18ª para a 8ª posição como a universidade mais empreendedora do país. Em contrapartida, no mesmo lapso de tempo, os investimentos caíram de R\$ 56 milhões (2016) para R\$ 8 milhões (2018). O orçamento para 2018 teve aumento de 2%, passando de R\$ 1,66 bilhão (2017) para R\$ 1,73 bilhão. Embora corrigida, o repasse não foi suficiente para cobrir o rombo de R\$ 92,3 milhões, segundo a reitora Márcia Abrahão. Ela afirma que as dívidas trabalhistas somam R\$ 2 bilhões.

Na expectativa de encontrar meios para salvar a universidade, que abriga 47.089 estudantes, a reitora chamou a comunidade acadêmica para discutir o assunto. Mas o diálogo com o MEC foi suspenso na terça-feira, quando uma manifestação em defesa da UnB acabou em confronto com a Polícia Militar e causou danos ao prédio do ministério.

Além da UnB, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) passa por crise idêntica. O mesmo ocorre com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ou seja, é problema que se alastra por todo o país sem considerar a importância dessas instituições para a formação da elite intelectual do Brasil e o seu indispensável papel no desenvolvimento.

As dificuldades exigem do governo a revisão de prioridades e a busca de meios para manter as universidades federais. Há indicativos de que seria baixa a resistência da sociedade à cobrança de anuidade dos alunos que têm condições de bancar o ensino superior, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos. Não faltam meios para fazer o controle e selecionar os que merecem o ensino gratuito. Além disso, as próprias instituições têm de rever os mecanismos de gestão para que alcancem o nível de excelência que buscam na formação dos discentes. O inconcebível é a asfixia do ensino superior em um país que ainda muito tem a caminhar para chegar ao desenvolvimento.

Generalizar

» Sobre a coluna que tratava da UnB, Bruna Ribeiro protestou com propriedade. Ela nos diz: “Generalizar que todos os alunos da UnB não colaboram com propostas acadêmicas é injusto. A universidade é pública porque, na teoria, as pessoas que lá estudam não têm condições de pagar um curso particular. Por ser pública, precisa de incentivo do governo para custear as pesquisas”.

Reconhecimento

» Além disso, continua a missiva: “A exemplo de contribuições, concluí o curso com um trabalho sobre crises no setor público, que, inclusive, foi escolhido para ser apresentado no evento do Conselho Regional de Administração. Muitos amigos meus estiveram engajados em pesquisas da universidade. Mas, além de faltar incentivo, falta reconhecimento.

Científicos

» São inúmeros os projetos que podem ser aproveitados pelo governo. E são inúmeros também os alunos que gostariam de aplicar suas teses. E mais: há professores muito bons na UnB e alunos comprometidos. Essa problemática de gerar retorno para a sociedade foi um ponto levantado na última eleição do DCE, por uma chapa liberal que perdeu pra essa de esquerda que está lá hoje.

Por fim

» “Quando a coluna diz que a UnB virou as costas para a comunidade e não colabora com propostas acadêmicas, incluiu todos os bons alunos e professores nessa mancha vermelha que tem prejudicado a própria universidade. E, querendo, ou não, é um exemplo da falta de reconhecimento”, protesta nossa colaboradora Bruna Ribeiro.

Mea culpa

» Registramos o nosso respeito pelos alunos e professores da Universidade de Brasília que enfrentam todos os tipos de impedimentos para estudar, trabalhar e pesquisar, enriquecendo a comunidade científica do país. Nossas sinceras desculpas pela falha. Generalizar foi realmente injusto.

Espaço para educação participativa



Participantes do programa frequentam variadas oficinas de acordo com interesse deles

Se o objetivo final da escola é formar cidadãos, qual é o papel do estudante nesta relação? O assunto será debatido durante evento em Ceilândia

» DEBORAH NOVAIS
ESPECIAL PARA O CORREIO

Qual é a função do jovem na construção de uma educação eficaz e de qualidade? Essa é a principal questão a ser debatida na mesa de conversa que ocorre na sede do projeto Jovem de Expressão, no próximo dia 23. A discussão faz parte da Brazil Conference at Harvard and MIT, promovida em 6

e 7 de abril em Boston, nos Estados Unidos.

As pautas debatidas na conferência internacional serão levadas para Ceilândia pela estudante de serviço social e moradora da cidade Jéssica Campos, 26 anos. Ela foi uma das cinco embaixadoras do Brasil escolhidas para conversar sobre problemas e soluções da educação brasileira no evento nos Estados Unidos. No vídeo de inscrição para participar da seleção, ela destacou o objetivo de levar “visibilidade e representatividade para a comunidade periférica da cidade”.

Com foco nas eleições deste ano

e com divisão de debates nos segmentos política, sociedade e economia, palestrantes do Brasil e dos Estados Unidos discursaram para os participantes da conferência durante os dois dias de imersão na questão educacional. “Houve espaço para que todos pudessem conversar e construir pontes de diálogo sobre como melhorar o país, com muito respeito às diferenças de opinião”, explica a embaixadora da região Centro-Oeste.

“É interessante trazer essa pauta para a nossa região administrativa, porque a gente consegue mostrar que existem outras oportunidades, que é possível ter acesso a ensino de qualidade, à universidade pública e até mesmo ir para o exterior”, opina a coordenadora do Jovem de Expressão, Rayane Soares.

Jéssica se engaja constantemente no ativismo social. Ela foi embaixadora da juventude no programa criado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) e pela Caixa Seguradora — iniciativa que fomenta a liderança e a participação nas causas que fazem parte dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como educação de qualidade, erradicação da pobreza e igualdade de gênero. “Ceilândia, apesar de ser jovem, apresenta elevados índices de vulnerabilidade social e violação de direitos”, destaca a estudante.





"O papel do jovem é decisivo. Se a gente parar para pensar que a educação existe para ele e por ele, vamos perceber o equívoco que é não ter a participação dele ajudando a pensar e a pautar as políticas públicas voltadas para o ensino" Gina Vieira, professora e fundadora do projeto Mulheres Inspiradoras

Evento

Para ampliar a conversa, Gina Vieira e Erica Butow, idealizadora do projeto Mulheres Inspiradoras e CEO da iniciativa Ensina Brasil, respectivamente, participam do evento em Ceilândia. "O que eu pretendo propor é como encontrar caminhos para a gente construir outra proposta educacional, com efetividade no aprendizado e no engajamento dos alunos, além de conseguirmos fazer uma escola onde eles se sintam representados", adianta Gina, que também é professora.

Para ela, a participação do jovem é fundamental na formulação da prática de ensino e no questionamento do modelo educacional vigente. "A escola que temos foi construída na lógica do

silenciamento e do amordaçamento. O que se faz atualmente se assemelha, diversas vezes, muito mais a treinamento e condicionamento do que à aprendizagem de fato", critica. Gina associa o método ao índice de evasão escolar, porque os alunos "não se sentem representados" nas instituições educacionais. De acordo com a Regional de Ensino de Ceilândia, há 81.591 estudantes na cidade, e a taxa de evasão escolar é de 5,8%.

Oportunidade

Localizado na Praça do Cidadão, em Ceilândia, o programa social foi criado para atender de adolescente a adultos entre 18 e 29 anos.

Os participantes estão envolvidos em atividades como oficinas de fotografia, cinema, dança, DJ e grafite, de acordo com interesse deles. O principal foco do projeto é atrair os beneficiados para a educação e, dessa forma, afastá-los da criminalidade. O projeto fez parte da série de reportagens do especial "A cultura livre", produzido no segundo semestre de 2016 pelo Correio.

Autores negros

A literatura brasileira ainda tem pouca representatividade negra, é pequena a lista de autores negros conhecidos. Para divulgar e dar visibilidade a esses escritores, além de aumentar o acervo de livros de autores negros, este mês o programa Jovem de Expressão abriu mais uma campanha de arrecadação de livros. Quem quiser participar, basta levar a doação ao endereço do programa de 23 de abril a 12 de maio, das 14h às 18h. O endereço você confere em Participe.

Participe

» O quê: Mesa de conversa "O papel do jovem para que todos tenham uma educação de qualidade"

» Onde: Jovem de Expressão — EQNM 18/20, Praça do Cidadão, Ceilândia Norte, telefone: 33720957

» Quando: 23 de abril, das 17h às 19h. Mesa de debate da Brazil Conference at Harvard and MIT, com emissão de certificado para os participantes.

» Ingresso: Gratuito e classificação indicativa livre